

<b>Consulta Pública Plano Meio-Norte Fase II</b>	
<b>Rosário, 21 de maio de 2010</b>	<b>Coordenador: Jackson</b>
	<b>Relator: Hilzi;Bruno</b>
<b>5.1 - Planejamento, Ordenamento e Gestão Ambiental e Territorial</b>	<b>Ações</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer a articulação e implementação das políticas públicas setoriais com enfoque territorial;</li> </ul>	Capacitar produtores rurais, pescadores e marisqueiros para a gestão ambiental
<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar e implementar um sistema de planejamento integrado;</li> </ul>	Agilizar a comunicação entre os órgãos
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer a administração municipal com ações de capacitação e assistência técnica no planejamento e gestão territorial e ambiental;</li> </ul>	Criar condições materiais de trabalho e qualificar o corpo técnico, dando suporte para trabalho. Considerando que o repasse deve ser feito primeiramente ao corpo técnico efetivo
<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar o fortalecimento da atuação das organizações da sociedade civil envolvidas no planejamento territorial;</li> </ul>	<b>Realizar capacitações de sindicatos, associações, ONGs, colônias de pescadores, ...</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer os órgãos municipais, estaduais e federais, bem como sua atuação, nas ações de ordenamento, licenciamento ambiental, fiscalização, controle e monitoramento no uso dos recursos naturais, com foco ambiental e territorial;</li> </ul>	<p>Maior participação dos gestores públicos</p> <p>Cumprir as deliberações dos conselhos</p> <p>Apoiar a criação de secretarias municipais de meio ambiente puras</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimular a criação de consórcios públicos intermunicipais / regionais e apoiar a sua implementação;</li> </ul>	Promover uma gestão consorciada para resíduos sólidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimular e apoiar a elaboração, revisão e principalmente a implementação dos PDPs (Planos Diretores Participativos) e demais planos setoriais com controle social;</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o direito a cidades sustentáveis através do acesso à terra urbanizada e dotada de serviços e infraestrutura urbana e saneamento ambiental, para todos os segmentos sociais, garantindo habitações de interesse social;</li> </ul>	<p><b>Definir a carga animal, veicular, industrial, comercial e demográfica de cada município</b></p> <p><b>Realizar o plano de saneamento ambiental municipal</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a regularização fundiária, com foco prioritário para comunidades tradicionais, agricultura familiar, Unidades de Conservação e em áreas urbanas de interesse social para as populações socialmente vulneráveis, em especial na faixa de renda de até três salários mínimos, mulheres chefes de família e idosos;</li> </ul>	<p>Promover parcerias publico privadas de levantamento fundiário</p> <p>Fazer a demarcação fundiária</p> <p>Estabelecer processo de participação popular</p> <p>Diminuir a burocracia no processo fundiario</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover ações de assistência técnica,</li> </ul>	Promover ação conjunta dos

extensão rural e capacitação tecnológica, visando ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, especialmente no âmbito das comunidades tradicionais e locais;	governos federal, estadual e municipal, possibilitando a sustentabilidade da comunidade Implementar programas sustentáveis no âmbito de cada município (exemplo Programa Mesa Farta – Vargem Grande, Morros e Rosário)
• Apoiar a implementação e consolidação dos projetos de assentamento da reforma agrária, estabelecendo critérios de sustentabilidade ambiental;	Priorizar a regularização nos assentamentos de forma sustentável
• Promover e desenvolver estudos que permitam o planejamento do uso e ocupação sustentável da região (plano de manejo nas unidades de conservação; zoneamento ecológico-econômico; zoneamento agrícola e etc.) e seu plano de monitoramento;	Resgatar e aplicar os estudos elaborados pelas universidades estaduais e federais
• Apoiar a elaboração e a implementação do ordenamento territorial, dando ênfase à diversificação e o adensamento de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis;	Implantar sistemas de projetos mandala
• Apoiar a elaboração e implementação dos planos de manejo das Unidades de Conservação existentes, municipais, estaduais e federais;	Implantar Comitê Gestor
• Estimular a implantação de infraestrutura de apoio ao uso público nas Unidades de Conservação;	
• Estimular a criação de novas Unidades de Conservação, com base no estudo de identificação (MMA) de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e repartição dos benefícios com as comunidades tradicionais;	Realizar diagnóstico municipal de áreas passíveis de implantação de Unidades de Conservação
• Fortalecer a capacidade de gestão das Unidades de Conservação existentes na área;	Implantar e fortalecer Comitês Gestores
• Apoiar a implantação de planos de gerenciamento de resíduos;	Promover uma gestão consorciada para resíduos sólidos
• Estimular a recuperação de áreas degradadas, Áreas de Preservação Permanentes e reserva legal;	Implementar reflorestamento, promovendo campanhas com o apoio dos municípios e universidades
• Estimular proprietários de terras de interesse de preservação para criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural;	Formular uma política de reversão tributária
• Implementar sistema de monitoramento sobre o uso, proteção e manejo compatíveis com as características ambientais das áreas	Gestão participativa com as ONGs e sociedade civil

naturais, belezas cênicas e relevância da diversidade biológica e sócio-cultural regional;	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer e estimular a criação dos comitês de bacias e promover a implementação dos planos nacional e estaduais de recursos hídricos;</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar a adoção de resoluções do Plano Nacional sobre a Mudança do Clima na aplicação do PDSRT;</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer e articular as políticas de planejamento e ordenamento com vistas à valorização do patrimônio cultural, preservação de sítios arqueológicos e dos saberes e fazeres locais.</li> </ul>	<p>Estabelecer roteiros turísticos</p> <p>Sistematizar projetos</p> <p>Realizar censo municipal sobre seu patrimônio cultural e material</p>
<p>* Apoiar a elaboração e a implementação do ordenamento territorial na área urbana com controle social, através do planejamento da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, sobretudo em áreas sob influência de projetos de infraestrutura de impacto.</p>	<p>Implantar Planos Diretores</p>